

EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE: OS SENTIDOS DE UMA RESISTÊNCIA¹

EDUCATION AND RELIGION: THE MEANINGS OF A RESISTANCE

EDUCACIÓN Y RELIGIOSIDAD: LOS SENTIDOS DE UNA RESISTENCIA

Bruno César Castello Ananias²

Resumo

Este artigo tem por finalidade analisar e compreender o porquê da resistência entre educação e religiosidade. Essa resistência se dá por parte da comunidade em geral, mas pode ser observada também na própria comunidade escolar. Objetivou-se também compreender os sentidos dessa resistência, principalmente, com relação às aulas de Ensino Religioso. Outro fator relevante é a compreensão da importância da religiosidade para um comportamento ético e dignificante aos educandos e à comunidade escolar. Para o desenvolvimento desse estudo, utilizou-se do referencial teórico-metodológico da análise de discurso e de noções da Pedagogia, da Teologia e dos Estudos Culturais, mobilizados em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo que visa uma leitura crítico-reflexiva de materialidades discursivas que dizem sobre os sentidos da resistência com a questão da religiosidade. Os resultados a que se chega é de que há uma violação ética da interpretação quando se apresenta à comunidade escolar os termos “religião” e “religiosidade”. Há uma violação interpretativa desses dois termos quando relacionados ao conceito de Ensino Religioso. Esse resultado foi obtido por via da análise de recortes sobre o Ensino Religioso retirados da BNCC (2018), a qual norteia os pressupostos à injunção entre educação e religiosidade. Por fim, conclui-se que somente por uma educação pautada em diretrizes éticas e morais abstraídas do espectro da religiosidade, será possível a construção de uma comunidade sadia moralmente, em que a paz social e a dignidade da pessoa humana, dos educandos e dos profissionais da educação, serão respeitadas.

Palavras-chave: educação; religiosidade; análise de discurso; teologia; ética.

Abstract

The purpose of this article is to analyze and understand the reason for the resistance between education and religiosity. This resistance comes from the community in general, but it can also be observed in the school community itself. The aim was also to understand the meaning of this resistance, mainly in relation to religious education classes. Another relevant factor is to understand the importance of religiosity for ethical and dignified behavior of students and the school community. For the development of this study, we used the theoretical-methodological framework of Discourse Analysis and notions of pedagogy, theology and cultural studies, mobilized in qualitative bibliographical research that aims at a critical-reflective reading of discursive materialities and what they say about the meanings of resistance with the issue of religiosity. The results show that there is an ethical violation of interpretation when the terms “religion” and “religiosity” are presented to the school community. There is an interpretative violation of these two terms when they are related to the concept of religious education. This result was obtained through the analysis of clippings on Religious Education taken from the BNCC (2018), which guides the assumptions for the injunction between education and religiosity. Finally, the study concludes that only through an education based on ethical and moral guidelines abstracted from the spectrum of religiosity will it be possible to build a morally healthy community, where social peace and the dignity of the human person, students and educational professionals will be respected.

¹ Esse artigo é fruto de pesquisa bibliográfica realizada como Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Inspeção e Supervisão Escolar pela Faculdade Venda Nova do Imigrante — FAVENI, em 2023.

² Doutorando em Linguística pelo IEL-UNICAMP, pesquisador-bolsista CAPES. Licenciatura em Pedagogia pela UNINTER e Bacharelado em Teologia Católica pela UNINTER. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5632-005X>. E-mail: b.castello@hotmail.com

Keywords: education; religiosity; discourse analysis; theology; ethics.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar y comprender el porqué de la resistencia entre educación y religiosidad. Esa resistencia proviene de la comunidad en general, pero también se puede observar en la propia comunidad escolar. El objetivo también fue comprender los significados de esta resistencia, principalmente con relación a las clases de Educación Religiosa. Otro factor relevante es comprender la importancia de la religiosidad para el comportamiento ético y digno de los estudiantes y la comunidad escolar. Para el desarrollo de ese estudio, se utilizó el referencial teórico-metodológico del análisis del discurso y nociones de Pedagogía, Teología y Estudios Culturales, movilizados en una investigación bibliográfica cualitativa que tiene como objetivo una lectura crítico-reflexiva de las materialidades discursivas que dicen sobre los significados de resistencia con el tema de la religiosidad. Los resultados a los que se llegó es que existe una vulneración ética de la interpretación cuando se presentan a la comunidad escolar los términos “religión” y “religiosidad”. Hay una violación interpretativa de esos dos términos cuando se relacionan con el concepto de Educación Religiosa. Ese resultado fue obtenido por el análisis de recortes sobre Educación Religiosa tomados de la BNCC (2018), que orienta los presupuestos para el interdicto entre educación y religiosidad. Finalmente, se concluye que sólo por medio de una educación sustentada en lineamientos éticos y morales abstraídos del espectro de la religiosidad, será posible construir una comunidad moralmente sana, en la que se consolide la paz social y la dignidad de la persona humana, de los estudiantes y de los profesionales de la educación, respetado.

Palabras clave: educación; religiosidad; análisis del discurso; teología; principio moral.

1 Introdução

Muito se discute acerca da função social da escola na/para sociedade, principalmente a partir dos tempos modernos, além de sua função, primordialmente, efetiva na condução intelectual, comportamental e de sociabilização de crianças e adolescentes em múltiplas etapas da vida. É um discurso, muitas vezes, no lugar-comum das funções mais evidentes da escola, no entanto, quando a discussão começa tendenciar para a tentativa de compreensão mais aprofundada do ser enquanto sujeito de si e na sociedade, barreiras começam a se levantar e implicações jurídicas começam a surgir. Da mesma forma ocorre com a questão da religiosidade da/na sociedade contemporânea. Quando a religião está no âmbito privado, enclausurada nas malhas do individualismo, sua presença se torna iluminadora, no entanto, quando a discussão tende a caminhar para uma publicização, a uma abertura de suas diretrizes, e chega ao ambiente escolar, os reveses jurídicos e arroubos democráticos esquentam o campo de reflexão.

Tais implicações são melhores observadas, principalmente, quando o aparato educacional procura dar diretrizes e delimitar comportamentos aos educandos por via, muitas vezes, de questões éticas e posturas de equilíbrio e paz, tomadas das mais diferentes manifestações

religiosas; diretrizes que a atitude libertária da sociedade e do sujeito capitalista³ da atualidade são vistas como função, não da estrutura escolar, mas sim, da família e dos responsáveis pelos estudantes, os quais têm em mãos a noção do Estado Democrático de Direito e do Pátrio Poder (agora Poder Familiar) inalienável. Torna-se bem complexa a compreensão de poder inalienável da família sobre os educandos em um período em que grande parcela dessas famílias passa por toda sorte de desestrutura moral, comportamental e ética que pode, o que, sem sombra de dúvidas, influencia o comportamento de suas crianças e adolescentes, dentro e fora do ambiente escolar. É nesse arcabouço de complexidades jurídicas, filosóficas, subjetivas e discursivas que a questão da religiosidade na/para a educação formal se insere e coloca-se como lugar legítimo de reflexão, caso se queira a construção de uma sociedade pacífica, acolhedora e eticamente responsável.

É necessário que a sociedade e as famílias do tempo presente compreendam que as escolas com suas estruturas pedagógicas são uma das mais importantes instituições sociais que permanecem exercendo, de forma intensa e incessante, suas atividades em prol do bem comum da sociedade. A escola deve ser vista e posta, a qualquer custo, como aliada da família e não como um mundo paralelo ao corpo familiar, em que o aluno passa algumas horas do dia em seu espaço. O aluno passa a maior parte de seu dia, e os dias de sua semana, dentro do espaço escolar, juntamente com colegas e profissionais da educação. Aliar-se à escola, a esses profissionais e tomá-los pelas mãos, atribuindo importância a suas funções junto da juventude está sendo, nos últimos tempos, uma condição *sine qua non* para o bom funcionamento da Educação. Nessa esteira em que atravessam discursos de legitimação da individualidade e da autossuficiência do ser é que se faz necessário interrogar: Educação e religiosidade: por que a resistência?

Apresentar, refletir e buscar respostas à temática da religiosidade na educação em um curto espaço de abordagem como o de um artigo é uma tarefa árdua, visto a complexidade teórica do tema, no entanto, algumas possíveis hipóteses à questão elaborada parecem já surgir no horizonte de reflexão. A resistência que se dá por grande parte da sociedade acerca da injunção entre educação e religiosidade tem suas raízes na questão da interpretação da noção de laicidade do Estado. O que se percebe é uma “violação ética da interpretação” (ORLANDI, 2023, no prelo)⁴ do que se compreende por laicidade ou Estado laico, tangenciando a compreensão para o

³ Acerca da noção de sujeito capitalista para a teoria do discurso, conferir Orlandi (2009, p. 51).

⁴ Durante o percurso teórico desse texto, a noção “violação ética da interpretação” aparecerá algumas vezes. Essa noção formulada por Orlandi (2023, no prelo) aponta para um movimento contemporâneo em que os sentidos sofrem uma violação

nível da privação do direito à religiosidade. Outra hipótese aventada é que a religiosidade, no espaço escolar, possa influenciar demasiadamente na coisa pública, deturpando o Estado de Direito.

Tais hipóteses são caminhos reflexivos que permitem o leitor compreender melhor os objetivos principais desse trabalho, quais sejam, analisar e compreender a importância da relação entre educação e religiosidade no contemporâneo para a construção de uma cultura de paz e fraternidade e, especificamente, elaborar uma compreensão de o porquê da resistência de grande parcela da sociedade quando se promove o debate da presença da religião no espaço escolar.

Desse modo, a elaboração desde trabalho e a análise de seu tema se justifica, sócio e academicamente, por trazer à baila temáticas inerentes à sociedade de todos os tempos que são: educação e religião. Poder elaborar reflexões acerca dessas duas noções, à luz do momento contemporâneo, é possibilitar a discussão da própria condução da sociedade futura, a qual tem seu princípio no hoje das crianças e adolescentes em fase escolar, e compreender que uma cultura de paz somente pode ser elaborada se essas duas temáticas caminharem de forma paralela.

Para tal finalidade, esse artigo traz por procedimento analítico a metodologia da revisão bibliográfica e da leitura crítica em seu desenvolvimento a partir da mobilização de noções teóricas do quadro teórico-metodológico da análise de discurso conforme é praticada no Brasil. De igual modo, foram mobilizadas noções teóricas das Ciências Teológicas e da Pedagogia no trabalho de compreensão da relação entre educação e religião. Todos os autores e obras elencadas servirão de base para as discussões e reflexões propostas.

Por fim, a divisão do trabalho segue estrutura padrão, basicamente composta por: a) introdução; b) desenvolvimento e c) considerações finais. Na Introdução, a preocupação maior foi apresentar a proposta a ser trabalhada e suas relevâncias para o momento contemporâneo. No Desenvolvimento, parte fundamental do texto, têm-se a leitura crítica do tema a partir da mobilização de diferentes noções teóricas e a análise de materialidades discursivas que vão direcionar a compreensão e fundamentar as hipóteses levantadas. Essa parte do texto se divide em duas: 2.1 uma leitura crítico-discursiva do tema analisado e 2.2 a análise das materialidades discursivas. Como último elemento do trabalho, são apresentadas as Considerações Finais, que como o próprio título indica, são considerações. A temática permanece aberta a novas reflexões e a apontamentos por parte de outros investigadores, partindo inclusive de outras bases teóricas.

ética em seu percurso na política. A maneira pela qual essa noção está sendo empregada, nesse estudo, já é um deslocamento da proposta original.

2 Desenvolvimento

Ao iniciar esse item do artigo, faz-se pertinente reforçar que a análise que aqui se propõe é de cunho bibliográfico a partir do quadro teórico-metodológico da análise de discurso e da seleção de obras importantes ao desenvolvimento da análise do tema proposto. Também é relevante destacar que a leitura à qual esse desenvolvimento se filia é uma leitura crítico-reflexiva e interpretativa do tema e suas implicações à sociedade hoje. Buscar-se-á, dessa forma, responder à pergunta de pesquisa e sustentar as hipóteses levantadas. Para tal procedimento, esse texto se ancora na BNCC (2018), em Achard (2015) Cartaxo (2013), Navarro (2020), Orlandi (2009, 2020, 2023), Pêcheux (1995), Rodrigues e Junqueira (2012) e Rohden (2008). Os autores elencados estão relacionados à análise de discurso, à Teologia, à Pedagogia e aos Estudos Culturais.

2.1 A religiosidade como ancoragem para uma educação ética: uma leitura

É de notório saber que o ambiente escolar está se tornando o local de manifestação de comportamentos bem complexos dos educandos que, se refletido com mais cautela, pode-se perceber que muitos desses comportamentos não podem ter vindo da própria natureza do sujeito (a não ser casos típicos e comprovados por laudo de mazelas psíquicas). Muitos dos comportamentos dos educandos no próprio ambiente escolar são reflexos do meio, do espaço sociopolítico em que esses discentes vivem e formam-se moralmente e de uma ausência de regulação midiática que implica uma permissividade de conteúdos desnecessários nas mãos dos adolescentes. Navarro (2020), a partir de sua leitura em Kellner, vai dizer que:

a cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Segundo ele, a mídia é a grande responsável pela visão prevalecente, pois as narrativas e imagens veiculadas fornecem os símbolos que constroem a cultura e as identidades nas sociedades tecno-capitalistas contemporâneas (Navarro, 2020, p. 06).

Nessas condições, pode-se perceber que a presença da mídia demasiada no universo infanto-juvenil é desnecessária, fazendo com que as crianças e os adolescentes deixem de expressar-se dentro de seu próprio universo para construir um mundo paralelo por via do digital. Uma “memória metálica” (Orlandi, 2020, p. 513) que não fixa conteúdos, mas descarta informações que podem ser ricas à construção do universo real da infância e adolescência. As

Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 13, n. 47, p. 244-258, 2024

informações midiáticas, hoje, às quais a juventude tem acesso (inclusive acessam no próprio ambiente escolar), com raras exceções, quase não dizem sobre moral, sobre o comportamental, sobre ética; como se moral e ética, em sociedade, fossem um desvio dos mais horrendos, ou uma doença de grande contágio, segregando e isolando determinados sujeitos. Pereira e Souza (1998, *apud* Cartaxo, 2013, p. 25) admoestam que:

Criança pequena com agenda lotada. A televisão que se transforma em babá. Os pais ausentes. Carinho transformado em objeto. [...] Erotização da infância. Sexualidade. Publicidade. Cultura do consumo. [...] Individualismo desencadeado pela ausência do outro. Apagamento da relação de alteridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. Esses são apenas alguns dos fragmentos que compõem o contexto da infância contemporânea, dentre os quais destacamos a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças como uma questão que precisa ser analisada com maior profundidade (Pereira; Souza, 1998, *apud* Cartaxo, 2013, p. 25).

Desse modo, é perceptível a necessidade de a escola, como promotora do diálogo por excelência, novamente, falar sobre moral e ética na educação e para a educação, em todos os níveis do processo formativo para que ao final das etapas de elaboração intelectual, as crianças e jovens possam ter subsídios mais adequados para refletir sobre suas atitudes, antes de se apropriarem de pensamentos nocivos que gerarão comportamentos terríveis no futuro. É noticiado quase que diariamente acerca de jovens agredindo professores e colegas em sala de aula ou nas dependências das escolas; adolescentes ferindo e matando colegas e professores, dentre outras formas grotescas de comportamento como o tráfico de drogas e a exploração sexual.

Tais assuntos não podem, e não devem, ser tomados como tabus, porque não são tabus; são crimes, muitos deles hediondos cometidos por quem ainda deveria estar "brincando". A sociedade de hoje não pode tomá-los como questões exclusivamente a serem resolvidas pelas famílias, apartando, ou tentando apartar, a escola no processo de auxílio de tamanha complexidade. Toda e qualquer família ou responsáveis pelas crianças e adolescentes, obviamente, não querem que os seus caiam, ou tendam, à criminalidade ou a comportamentos desregrados, mas ao mesmo tempo, não aceitam que a estrutura escolar auxilie na melhora das condições comportamentais desses sujeitos e, no entanto, não o fazem com severidade quando realmente precisa.

A mídia televisiva tradicional (tradicional no sentido de comum e de maior acesso ao arranjo social) e as atuais mídias alternativas, principalmente os canais na plataforma Youtube e, até mesmo, os atualíssimos *streamings* vêm promovendo e elaborando conteúdos programáticos

para os mais diversos públicos em sua dimensão de religiosidade. Inclusive, a televisão aberta que permite o acesso da grande massa elabora conteúdos que atendem aos mais diferentes credos, desde novelas a filmes para todas as gerações. Desse modo, é praticamente impossível dizer que o educando no ambiente escolar não tenha já dentro de si uma “memória discursiva, ou seja, um saber que torna possível todo discurso” (Orlandi, 2009, p. 31), que diz de sua religiosidade e de sua crença perante a sociedade e o mundo, pois é uma ilusão.

No discurso educacional, quando se procura elaborar uma prática pedagógica que possa abranger a formação integral do ser, incluindo a religiosidade, nada mais se consegue que um afastamento do aluno com relação ao conhecimento, aceitação de si próprio e do mundo que o cerca, em detrimento de um comportamento que, muitas vezes, se aliena na concepção de modernidade e liberdade, a qual promove um olhar apenas para aquilo que o Estado condiciona como legítimo. Legitimar a educação é uma questão de democracia e de urgência na sociedade hodierna, visto que ainda há muitas incongruências e desequilíbrios, tanto na oferta quanto na qualidade do sistema educacional. Sendo assim, não legitimar a atitude do ser perante suas crenças tão somente porque o Estado deve ser regido por uma prática isenta de subjetividades para não “ferir” a individualidade de ninguém, não parece ser muito condizente com educação. Parece que, em todos os sentidos, o Estado funciona na contradição de suas próprias regras e ordenamentos.

O que se faz legítimo, no entanto, é que o Estado construa, elabore e ponha em prática políticas públicas educacionais que possam, sem inconstitucionalidades, mobilizar saberes, conhecimentos e práticas que trabalhem os ideais de tolerância, equidade, responsabilidade, verdade e paz para que a sociedade que usufrui do espaço escolar, os discentes, docentes e profissionais da educação, possam salvaguardar suas perspectivas individuais e caminhar rumo a um destino mais harmonioso e frutífero. O que aqui se diz não é de uma utopia ou algo impossível de ser realizado; o que se põe a pensar com saberes e práticas subjetivas são aquelas relacionadas e que envolvem o princípio da religiosidade. O que se diz aqui é de um princípio, repetindo, de religiosidade e não religião. O Estado “grita” quando esse tema vem à tona, principalmente no espaço escolar, devido a uma infeliz confusão que se fez entre religiosidade e religião. Tal confusão se compreende, discursivamente, como uma violação ética da interpretação e vem reverberando sentidos negativos há décadas ou, até mesmo, há séculos se pensa nos embates que já ocorreram acerca desse tema, desde o Período Imperial no Brasil. Mas voltando à

reflexão posta, o Estado se manifesta negativamente porque a confusão dos sentidos não foi desfeita.

A laicidade do Estado e a forma de jurisdição da nação brasileira nada têm a ver com o fato de que a população do país é, em sua maioria, religiosa. Estado laico não é população laica. A população do Brasil é uma população religiosa ou que tem dentro de si um senso de religiosidade. Censos demográficos de distintos anos demonstram isso. Não há como negar esse fato que é concreto, mas que querem que não seja. Tenta-se um “silenciamento” (Orlandi, 2009, p. 83) da questão por um discurso constitucionalista. Segundo o último censo do IBGE (2010), visto que o censo de 2022 ainda não foi concluído, 86,8% dos brasileiros são cristãos que se dividem, em sua maioria, em católicos e evangélicos, sendo o catolicismo a religião ainda predominante com quase 65% dos brasileiros. No entanto, independentemente da denominação religiosa, pois não é disso que aqui se trata, fato é que na esteira da “violação ética da interpretação” (Orlandi, 2023, no prelo), toma-se discursivamente religião por religiosidade. Essa tomada de “uma palavra por outra”, no processo discursivo, é que se designa por metáfora (Pêcheux, 1995, p. 301). É nisso que se coloca os esforços de compreensão. Tais dados interessam simplesmente por responder ao questionamento inicial desse texto: por que a resistência entre educação e religiosidade se quase 90% da população diz professar alguma fé? Por via dessa “violação ética da interpretação” (Orlandi, 2023, no prelo), tenta-se desestabilizar as subjetividades inerentes ao ser humano a fim de que o Estado determine a sua não liberdade, o que é contraditório, e próprio da linguagem, porém poucos compreendem.

Dessa maneira, a laicidade do Estado, por uma leitura discursiva, deve ser compreendida por esse viés: tomar a questão da religiosidade para o âmbito científico e acadêmico. Na esteira de tal compreensão, educação e religiosidade (sem proselitismos) podem caminhar paralelas ou juntas na tentativa de solucionar conflitos que não podem ser solucionados apenas pelas ciências “duras”. Deve haver a questão limítrofe da religião e do Estado para que nem um nem outro ultrapasse seu território e sua função (como pode ser visto e revisto no Brasil em anos recentes). Contudo tem de haver o direito da reflexão à luz de uma perspectiva menos física e tátil da realidade que possa dar diretriz para um sujeito que se formula e se constitui a partir, muitas vezes, de sua fé. A escola é a instituição social por excelência que acolhe crianças e jovens para os distintos níveis de formação. Esses educandos não chegam à instituição escolar nulos ou rasos em conhecimento de mundo e de crença; muitos deles são apresentados desde a tenra infância a

determinados comportamentos e assuntos que os pais lhes embutem, inclusive a profissão de fé, que no pluralismo religioso no qual se vive ainda causa estranheza e constrangimentos dentro do espaço escolar.

Os seres humanos são sujeitos de interpretação e estão sujeitos a essa⁵, atravessados por dizeres que os constituem enquanto sujeitos religiosos ou de fé. Aqui não interessa muito distinções (denominações). O aluno é sujeito de fé, o professor é sujeito de fé, a administração escolar é sujeito de fé, sem que haja generalizações, pois a não fé também está presente. Somente isso já justifica discussões claras, efetivas e objetivas sobre o papel da religiosidade na formação do educando, de modo especial, esse educando do século XXI que é o próprio século da demanda por liberdades em todos os âmbitos; mas, a liberdade para discutir sobre religiosidade como elemento à formação plena do educando não está sendo pautada efetivamente. Algo não está bem esclarecido na ausência dessa demanda, pois o “silenciamento” (ORLANDI, 2009, p. 83) também é constituidor de sentidos.

No espaço escolar, espaço de coletividade, de partilha e de troca de experiências, todos devem estar abertos a apontar caminhos para o crescimento individual daqueles que compõem a comunidade escolar e, também, da comunidade como um todo. Dentre os profissionais da educação que se destacam como um agregador de diferentes ideias e visões de mundo está o supervisor pedagógico o qual deve ser modelo de complacência, dignidade, ética e profissionalismo. Esse profissional tem um grande papel junto à comunidade escolar em todos os seus âmbitos. Desde a elaboração do currículo a questões de ordem didático-pedagógica, o supervisor, juntamente, com os outros membros da comunidade desempenha e partilha democraticamente o bom funcionamento do sistema escolar. Como um agregador de valores e observador atento da realidade na qual se insere, o supervisor pode, e deve, sem qualquer sombra de impedimento ou discriminação, elaborar junto de sua comunidade reflexões, conversas, diálogos, reuniões em que a questão da religiosidade se apresenta como fundamento ético-filosófico no auxílio da dinâmica e dos trabalhos educacionais. Tudo tem de ser posto com muita cautela para não se criar o pânico e as más interpretações que podem decorrer de uma abertura reflexiva no ambiente escolar. Quando aqui se diz de conversas, diálogos e reflexões, o que está sendo colocado é a possibilidade de abertura para o simbólico da compreensão da religiosidade sem proselitismos. É realmente um trabalho de observação e compreensão da realidade da própria

⁵ Relativamente à sujeição à interpretação, conferir Orlandi (2009, p. 50-52).

comunidade escolar e a sensibilidade das temáticas que podem auxiliar no desenvolvimento socioafetivo (no sentido de respeito à alteridade; afeto pelo outro no sentido fraterno) de todos os que pertencem ao grupo.

O grande problema, ou talvez o maior problema, é que a comunidade escolar como um todo, raras exceções, parece desconhecer os documentos norteadores e aquilo que trazem como proposta pedagógica e didático-filosófica. Dessa forma, quando aparece na grade curricular das diferentes etapas de ensino a nomenclatura Ensino Religioso, a comunidade "grita" e começa a propor *homeschooling* (ensino doméstico) como a mais alta alternativa para se resolver a questão do direito à educação à luz da religião dos pais. Não se pode deixar de dizer que a prática do *homeschooling* tem, em suas bases, clara motivação religiosa. A disciplina de Ensino Religioso, para aquilo que se propõe como uma concepção ética de sua significação, deveria ser significada (nomenclatura) como Ciência das Religiões, História das Religiões ou, até mesmo, Sociologia das Religiões. Isso no âmbito público de ensino, agora, em instituições de ensino confessional, a designação Ensino Religioso cabe bem enquanto significação de suas práticas.

No percurso de toda essa abordagem, as grandes questões que devem ser levantadas, pela comunidade escolar e, de modo especial, pelo supervisor escolar, juntamente com o corpo docente, são: como elaborar conceitos e propor discussões e ações nesse âmbito sendo que a laicidade que o Estado impõe não permite dizeres que refletem a questão da religião? Em que momento trabalhar conceitos e reflexões acerca da religiosidade se as aulas de Ensino Religioso já propõem conversas e abordagens do gênero? Quem deve tratar esse assunto além do professor de Ensino Religioso? São questões que vêm sendo reformuladas, reinterpretadas, repensadas, mas na verdade não conseguem responder efetivamente àquilo que o sistema educacional precisa enquanto instituição.

2.2 A BNCC como modelo de ensino ético

As discussões sobre o conhecimento acerca da religiosidade no âmbito escolar devem começar pela própria elaboração do currículo e da nomenclatura da disciplina de Ensino Religioso. Acredita-se já estar no momento de reformular o nome de tal disciplina, pois é por esse entendimento que os problemas conceituais e de sentidos começam. A comunidade escolar tem asco pela disciplina de Ensino Religioso porque vê nela o ensino de religião no sentido proselitista o qual, no espaço escolar, poderia influenciar demasiadamente na coisa pública,

inclusive deturpando o Estado de Direito. Todavia, os documentos oficiais da Educação nacional mostram que tal hipótese não se coaduna com a própria realidade do Estado de Direito. Essa interpretação não está exposta na BNCC (2018) nem na LDBEN (1996). Nesses dois documentos, norteadores para a Educação nacional, o Ensino Religioso está pautado nas discussões acerca de distintas profissões de fé com seus ritos, símbolos, festividades e historicização. É um trabalho amplo e longo de reflexão sobre o funcionamento da religiosidade na sociedade como um todo, sem privilegiar nenhuma confissão de fé. O que está aqui a se tratar é de documentos estatais e democráticos, por isso não justifica tamanho medo.

Para uma compreensão mais acurada desse funcionamento, alguns recortes são necessários para a análise. No quadro abaixo, há exemplos de formulações recortadas do próprio documento da BNCC (2018), no que tange à religiosidade como prática de ensino para as escolas públicas. Os exemplos recortados se referem ao Ensino Fundamental I.

Quadro 1: Recortes das habilidades a serem desenvolvidas

Anos iniciais	Habilidades
1º	<ul style="list-style-type: none"> ♦ (EF01ER01) Identificar e acolher as semelhanças e diferenças entre o eu, o outro e o nós. ♦ (EF01ER05) Identificar e acolher sentimentos, lembranças, memórias e saberes de cada um.
2º	<ul style="list-style-type: none"> ♦ (EF02ER02) Identificar costumes, crenças e formas diversas de viver em variados ambientes de convivência. ♦ (EF02ER05) Identificar, distinguir e respeitar símbolos religiosos de distintas manifestações, tradições e instituições religiosas.
3º	<ul style="list-style-type: none"> ♦ (EF03ER01) Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos de diferentes tradições e movimentos religiosos. ♦ (EF03ER03) Identificar e respeitar práticas celebrativas (cerimônias, orações, festividades, peregrinações, entre outras) de diferentes tradições religiosas. ♦ (EF03ER06) Caracterizar as indumentárias como elementos integrantes das identidades religiosas.
4º	<ul style="list-style-type: none"> ♦ (EF04ER01) Identificar ritos presentes no cotidiano pessoal, familiar, escolar e comunitário. ♦ (EF04ER04) Identificar as diversas formas de expressão da espiritualidade (orações, cultos, gestos, cantos, dança, meditação) nas diferentes tradições religiosas. ♦ (EF04ER07) Reconhecer e respeitar as ideias de divindades de diferentes manifestações e tradições religiosas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em (Brasil, 2018, p. 442-451, grifo nosso).

O que se está presenciando, hoje, na esfera escolar são comportamentos e agressões gratuitas de alunos aos docentes, aos colegas de turma e vice-versa. Obviamente, todos ainda sobre a pressão do retorno e dos sofrimentos que a pandemia da Sars-CoV, covid-19, desencadeou na sociedade e na vida de cada um. A pressão foi, e ainda está sendo, grande a esses docentes e alunos, no entanto, há algo que falha. O que falha não foi propiciado pela pandemia da covid 19; o que falha vem de muito antes. Vem de um sistema educacional que se pauta, desde o Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 13, n. 47, p. 244-258, 2024

século XVIII, por ideais iluministas, que tentou a todo custo extirpar a religião da sociedade em detrimento de um pensamento positivista, em que o conhecimento científico era capaz de solucionar todos os problemas da sociedade. Mas isso não é verdade, pois a ciência solucionou, e vem solucionando, os grandes problemas da sociedade, a exemplo, a criação em tempo recorde da vacina contra o vírus da covid-19, todavia a ciência “dura” não consegue solucionar todo o sentimento latente da própria condição humana e seu interesse em compreender o que há além das aparências toscas da realidade. A condição do ser pulsa em questionamentos e vontade de saber; o sujeito é intérprete de si e do mundo que o cerca. Conforme aponta Orlandi (2004, p. 18), estamos a todo momento interpretando e tentando compreender a realidade.

Com base no quadro (01) apresentado acima e nas materialidades que ele traz enquanto “discursividade a ser lida” e interpretada (Achard, 2015, p. 46), pode-se compreender que os fundamentos para uma educação ética, de valores e princípios pautados no entendimento da alteridade e na valorização da cultura e comportamento alheio estão lá. A BNCC (2018) enquanto documento norteador para a educação traz diretrizes eficazes para melhorar o relacionamento intraescolar e interpessoal pautados no entendimento de que a religiosidade e as práticas de fé são componentes intrínsecos do sujeito-aluno e devem ser exploradas em sala de aula. Ali não há proselitismos. Há conhecimento ético-cultural de alto nível e necessário à condução efetiva da sociedade que se inicia sempre quando crianças e adolescentes se inserem no universo escolar.

Rodrigues e Junqueira (2012) vão dizer que:

[...] a religiosidade está intimamente relacionada com a experiência, no caso, com o Sagrado. A religiosidade é uma característica encontrada praticamente em todas as culturas, pela qual o espírito humano se abre à procura do divino, considerado, ao mesmo tempo, como misterioso e atraente. Essa religiosidade torna-se religião quando se exprime num sistema lógico de sinais, símbolos, ritos e palavras que, no tempo e no espaço, interligam ideias do Sagrado à experiência humana (Rodrigues; Junqueira, 2012, p. 112).

Basta observar o processo de significação que os enunciados transcritos no quadro acima trazem. “Respeito aos símbolos e tradições”; “diferentes tradições e movimentos religiosos”; “diversas formas de espiritualidade”; “respeitar ideias, manifestações e tradições” e assim sucessivamente. Ora, em que ponto do texto oficial da BNCC (2018) há inconstitucionalidades ou violação do princípio de laicidade do Estado? Em que ponto o Estado Democrático de Direito está sendo deturpado em detrimento dessa ou daquela religião ou de ideologias religiosas? Não há tais ocorrências. O que está havendo nas escolas é o funcionamento não de determinadas

Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 13, n. 47, p. 244-258, 2024

ideologias religiosas, mas o funcionamento político que impede as subjetividades e os comportamentos de fé de auxiliarem na ética e na moral perdidas. Essas subjetividades são experiências humanas do sagrado conforme as palavras de Rodrigues e Junqueira (2012) e inerentes ao sujeito e devem ser consideradas se a pretensão é a educação integral da criança e do adolescente. Nas formulações do grande teólogo e educador Huberto Rohden (2008, p. 18), o homem espiritualizado é um “pleno-homem”, pois tem foco em sua existência, e os fracassos não são desmoralizantes ou obstáculos. Esse homem progride sempre em sua jornada.

3 Considerações finais

O ambiente escolar contemporâneo, em todos os seus níveis, está atravessado por um discurso político partidário que tenta ocupar o espaço que a educação integral, ética, responsável e de qualidade deve ocupar. Há disputas de valores políticos em um ambiente que deve haver uma convergência de valores ético-morais e de condutas fraternas para com todos na sociedade. Essa é a função da escola.

A escola é a instituição social por excelência e não pode ceder espaço a ideologias discrepantes e insuficientes que não conseguem mobilizar nem conduzir as crianças e adolescentes a lugar nenhum. Há uma política do medo e uma crise ética no ambiente escolar, promovidas, muitas vezes, por uma “violação ética da interpretação” (Orlandi, 2023, no prelo) do que se compreende por Estado Democrático de Direito e laicidade do Estado, esbarrando na possibilidade de a religiosidade, como que postura inata do sujeito, realizar uma mudança comportamental por via da ética e da paz.

Como pode ser compreendido pelos recortes de análise retirados da BNCC (2018), a religiosidade como prática pedagógica não esbarra, não ultrapassa as individualidades nem o Estado de Direito, pois o que se coloca é que a questão em si não é a religião, mas o senso de religiosidade e o sentido de pertencimento a um plano mais amplo que todo ser humano traz, verdadeiramente, dentro de si. Isso pode ser aproveitado como possibilidade de resgate de valores ético-morais imprescindíveis. Não há segredo algum, há documentos norteadores para isso, basta conhecê-los.

Em suma, um processo educativo voltado a uma ambientação de paz e fraternidade deve ser o princípio básico de toda e qualquer instituição de ensino se se quer a promoção da dignidade do educando e de seu entorno. É assertivo pensar que a educação do século XXI deve estar

pautada também na formação integral do ser sem exclusivismos e sem deixar de lado aquilo que também é fundamental à sua constituição: a religiosidade.

Agradecimento

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo subsídio que tem possibilitado minhas pesquisas e escritos.

Referências

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. *In: PÊCHEUX, M., et al. Papel da Memória*. Tradução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015. p. 43-51.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 08 maio 2023.

CARTAXO, S. R. M. **Pressupostos da Educação Infantil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. **Agência IBGE Notícias**, 9 jun. 2012, 09h01min. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem-religiao>. Acesso em: 05 abr. 23.

NAVARRO, V. M. **Mídia e Cultura na Organização Familiar**. Curitiba: Contentus, 2020.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. **Interpretação - Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. Práticas sociais de fabricação da memória. **RUA**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 511–527, 2020. DOI: 10.20396/rua.v26i2.8663436. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8663436>. Acesso em: 08 maio 2023.

ORLANDI, E. **Violência ético-política da significação e o silêncio**. [s. l.: s. n.], 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi, *et al.*, 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. Ebook. Disponível em: https://www.sergiofreire.pro.br/ad/PECHEUX_SED.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

RODRIGUES, E. F.; JUNQUEIRA, S. **Fundamentando pedagogicamente o Ensino Religioso.** Curitiba: Intersaberes, 2012.

ROHDEN, H. **Em Comunhão com Deus.** São Paulo: Martin Claret, 2008.